



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2015, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações.

PERFIL DA EMPRESA

Somos uma Empresa de Economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado de Sergipe, promovendo a universalização desses serviços através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população. Nosso principal acionista é o governo do Estado que detém 99% do total das ações.

Nosso mercado preferencial é o Estado de Sergipe, onde operamos com abastecimento de água em 71 (setenta e uma) sedes municipais, além de 563 povoados nas modalidades Residencial, Comercial, Industrial e Setor Público. Em 2015 atingimos o índice de cobertura de 88,63% para os municípios em que a DESO atua com serviços de Abastecimento de Água. Contamos com 6.581 km de Rede de Distribuição,

que permite que a água captada através de adução, após tratada, atenda a demanda de 582.598 economias. Houve este ano um acréscimo de 6.815 economias em relação a 2014.

Foram investidos recursos da ordem de 92,000 milhões, oriundos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal.

Atuamos ainda, na Coleta e Tratamento do Esgotos Sanitários em 04 sedes municipais e Complexo Taiçoca (N.Sra do Socorro), contribuindo dessa forma, para melhoria da qualidade de vida da população.

A DESO em 2015, deu prosseguimento as Obras de Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água, previstas no Programa do Governo do Estado "Oferta de Água e Saneamento Básico", beneficiando os municípios que compõem os Sistemas Integrados das cidades de Itabaianinha, Tomar do Geru, Umbaúba, Agreste de Itabaiana e Alto Sertão, além da Ampliação do Sistema Adutor do São Francisco – 3ª fase da 2ª etapa, através da duplicação da adutora, aumentando a produção de água de 1.775 para 2.763 l/s. Iniciaram-se também as Obras e Serviços de Implantação do Sistema Adutor do Poxim, com previsão de conclusão para 2017. O objetivo desta, é interligar a Barragem Poxim-Açu, em Operação desde 2013, à Estação de Tratamento do Poxim, com vazão estimada de 1.200 l/s. O empreendimento faz parte das obras e Serviços de "Proteção Ambiental e Otimização do Aproveitamento Hídrico da Bacia do Rio Poxim.

As ações relativas ao Esgotamento Sanitário, deu-se na continuidade das obras de Ampliação do Sistema de Aracaju e região Metropolitana em suas diversas etapas, assim como nas sedes

municipais de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e no Povoado Saco e Estância. Além disso, foram iniciadas as obras de implantação dos Sistemas na cidade de Nossa Senhora das Dores e, mediante Convênio com a CODEVASF, nas sedes dos municípios de Itabí, Pacatuba e São Francisco.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

2015, foi um ano difícil para o país e para a DESO não foi diferente. Com muito trabalho, conseguimos realizar investimentos na ordem de R\$ 92,000 MILHÕES. Do valor investido, 35% destinou-se a continuidade da Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água em diversos municípios do Estado e 65% aos projetos de Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em todo o Estado.

A origem dos recursos teve como fonte principal o PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, sendo o Governo do Estado, o responsável pela contrapartida exigida em diversos contratos de financiamento.

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Presidente

José Gabriel Almeida de Campos Dir. Meio Ambiente e Engenharia
Haroldo Anderson Deda Filho Dir. Gestão Corporativa

Sílvio Múcio de Farias Diretor de Operações
Wanderlê Dias Correia Dir. Comercial Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	98.826.928	90.611.944
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.775.078	8.585.642
Caixa e bancos	1.161.592	1.200.195
Aplicações de liquidez imediata	3.613.486	7.385.447
DIREITOS REALIZÁVEIS	94.051.850	82.026.302
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	90.077.885	72.349.817
Estoques (Nota 3)	769.820	854.189
Outras créditos	3.204.145	8.822.296
NÃO-CIRCULANTE	1.356.315.090	1.254.262.238
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.529.392	1.026.922
Depósitos judiciais (Nota 3)	2.529.392	1.026.922
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.353.785.698	1.253.235.316
TOTAL DO ATIVO	1.455.142.018	1.344.874.182

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO

	R\$(1)	R\$(1)
	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	159.415.595	115.490.017
Fornecedores	62.171.508	48.371.905
Retenções contratuais	859.369	775.118
Provisão de férias e gratificação	10.210.523	7.596.110
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	2.395.410	2.046.293
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	42.370.146	11.031.820
Empréstimos e financiamentos (6)	28.722.898	29.697.595
Parcelamentos (Nota 7)	9.877.855	14.863.130
Consignações a recolher	684.346	995.111
Salários e ordenados a pagar	2.010.605	
Outros débitos	112.935	112.935
NÃO-CIRCULANTE	91.924.429	141.048.960
Parcelamentos (Nota 7)	38.632.963	81.140.851
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	15.466.146	24.129.481
Provisão Para Contingências (nota 8)	8.185.942	6.462.738
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.639.378	29.315.890
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.203.801.994	1.088.335.205
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	512.287.330	425.302.248
Prejuízos Acumulados	-228.086.326	-256.568.033
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.455.142.018	1.344.874.182

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1)	
	PERÍODO DE 1/1/2015	PERÍODO DE 1/1/2014
	A	A
	31/12/2015	31/12/2014
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	403.078.178	360.729.913
Custo dos Serviços (Nota 14)	242.845.789	-229.160.922
Lucro Bruto	160.232.389	131.568.991
Despesas Operacionais	-135.816.518	-135.918.655
Comerciais (Nota 15)	-63.535.822	-52.519.940
Administrativas (Nota 15)	-96.132.531	-93.067.568
Despesas fiscais e tributárias	-2.733.219	-2.603.908
Outras Receitas (despesas operacionais)	28.308.259	10.431.360
Contingências Cíveis e Trabalhistas	-1.723.205	1.841.401
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	24.415.871	-4.349.664
Receitas (Despesas) Financeiras	-23.955.385	-13.066.605
Receitas	1.404.780	1.595.481
Juros e encargos financeiros	-22.433.528	-11.894.828
Variações Monetárias	-2.926.637	-2.767.258
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	460.486	-17.416.269
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	460.486	-17.416.269
Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	0,04443656	-1,68
Quantidade de Ações	10.362.771.972	10.362.771.972

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R\$ (1)	
	PERÍODO DE 1/1/2015	PERÍODO DE 1/1/2014
	A	A
	31/12/2015	31/12/2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	460.486	-17.416.269
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	34.846.575	35.462.957
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	1.409.388	277.630
Provisão p/perdas na realização de créditos	19.747.949	17.010.891
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	13.322.861	11.436.268
Variação monetária sobre financiamentos	2.926.636	2.767.258
Ajustes de Exercício Anterior	28.021.220	
Total	100.735.115	49.538.735
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:		
Cientes	-37.476.017	-20.817.799
Estoques	84.369	1.266.682
Outros créditos	5.618.151	2.566.510
Outras contas ativas de longo prazo	-1.502.470	-361.580
Fornecedores	14.148.720	2.148.945
Retenções contratuais	84.251	-189.361
Contas a pagar	-4.356.663	14.257.180
Impostos, taxas e contribuições diversas	16.593.713	2.790.336
Consignações a recolher	-310.764	142.314
Provisão pl Férias e Gratificação	2.614.414	-1.828.403
Salários e Encargos a pagar	17.772.406	2.752.199
Outros Débitos	1.723.204	-22.280.260
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	14.993.314	-19.553.237
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	115.728.430	29.985.498
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-136.806.345	-138.617.739
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-136.806.345	-138.617.739
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	86.985.082	134.053.350
Parcelamento de Dívidas Tributárias	32.075.203	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-82.472.054	-10.057.824
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	13.257.263	23.433.064
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-32.901.633	-32.568.008
Recursos Vinculados a Convênios	323.489	
Adiantamento p/ conta da dívida contraída e parcelada		-6.596.449
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	17.267.350	108.264.133
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	-3.810.565	-368.108
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	8.585.643	8.953.750
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	4.775.078	8.585.642

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2014 A 31/12/2015)

R\$(1)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/14		899.488.607	20.112.383	-239.151.764	291.248.898	971.698.124
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	134.053.350	134.053.350
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL			-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	-17.416.269	-	-17.416.269
SALDOS EM 31/DEZ/14		899.488.607	20.112.383	-256.568.033	425.302.248	1.088.335.205
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					87.198.076	87.198.076
DEVOLUÇÃO DE CRÉDITOS P/ CAPITAL					-212.993	-212.993
RESULTADO DO EXERCÍCIO				460.486		460.486
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR				28.021.220		28.021.220
SALDOS EM 31/DEZ/15		899.488.607	20.112.383	-228.086.327	512.287.331	1.203.801.994

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Carlos Fernandes de Melo Neto
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. De Gestão Corporativa

José Gabriel Almeida de Campos
Dir. De Meio Ambiente e Eng.

Silvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Wanderlê Dias Correia
Dir. Comercial Financeiro

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/ISE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores Expressos em R\$(1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;

- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;

- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembléia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 16 (dezesseis) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 78% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2015, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/ dez./15 e 31/dez./14 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações

contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido).

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Particulares	196.525.512	174.017.848
Público	87.431.442	73.720.196
Contas a Faturar	21.604.402	20.347.295
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(215.483.471)	(195.735.522)
Contas a Receber, Líquido	90.077.885	72.349.817

No Relatório Final dos saldos de Contas a Receber de Usuários Públicos e Particulares foi apurado um total de R\$ 290.779.017 que no cotejamento com o apresentado pelo saldo contábil (R\$ 283.956.954) foi verificada uma diferença a maior de R\$ 6.822.063

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2015 com base nos seguintes critérios:

Contabilização como despesas no exercício de 2015 o montante de R\$ 19.747.949 atribuído às Perdas do período e formação de provisão.

ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Almoxarifado Central	769.820	854.189
TOTAL	769.820	854.189

g) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/ dez./15

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.030.608.537	350.380.591	680.227.946
Sistema de Esgoto	253.425.052	59.247.407	194.177.645
Bens de Uso Geral	27.299.956	20.578.759	6.721.197
Subtotal em Operação	1.311.333.545	430.206.757	881.126.788
Obras em Andamento	472.658.910		472.658.910
TOTAL GERAL	1.783.992.455	430.206.757	1.353.785.698

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/ dez./14

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.009.599.038	321.203.631	688.395.407
Sistema de Esgoto	247.342.075	54.307.527	193.034.548
Bens de Uso Geral	27.202.241	19.849.022	7.353.219
Subtotal em Operação	1.284.143.354	395.360.180	888.783.174
Obras em Andamento	364.452.142	0	364.452.142
TOTAL GERAL	1.648.595.496	395.360.180	1.253.235.316

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIÇÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

h) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./15. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os

riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2015	2014
Cercos	15.334	5.334
Coelba	44.121	37.921
Energisa	2.030.120	1.804.592
Sulgipe	305.835	198.446
TOTAL	2.395.410	2.046.293

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Cofins	16.402.235	1.815.577
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.729.717	3.223.653
FGTS	1.060.944	1.002.337
INSS	17.338.047	3.768.939
PIS PASEP	2.717.207	394.194
Outros	3.121.996	827.120
TOTAL	42.370.146	11.031.820

O acréscimo verificado nas contas do Cofins (R\$ 14.586.658), PIS PASEP (R\$ 2.323.013) e INSS (R\$ 13.569.108) são competências em atraso de 08 a 10/2015 pelo qual estamos parcelando junto à Receita Federal do Brasil.

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000004	3.563.328		3.563.328	ago\2016	5,25	CDI
Bc Brasil ct 401000007	46.100	253.093	299.193	07\2017	3,50	-
Banco Daycoval Ct 718086	3.585.840	2.200.307	5.786.147	10\2017	6,17	CDI
Bic Banco ct 12144011 B. Brasil	1.325.705		1.325.705	03\2016	6,17	CDI
Finame ct 40000007-9	76.000	1.175.894	1.251.894	01\2025	6,00	-
Bic Banco ct 11986892	3.612.845		3.612.845	out\2016	6,17	CDI
Instituto Assistencial da DESO	7.900.529	7.921.821	15.822.350	dez\2019	5,80	CDI
BCV - Banco de Credito Varejo	4.613.529	1.061.794	5.675.323	jul\2017	6,17	CDI
Banco Daycoval Ct 755544-5	2.347.139	1.699.963	4.047.102	fev\2018	11,03	CDI
Banco Intermedium S/A	1.651.883	1.153.274	2.805.157	ago\2017	10,69	CDI
TOTAIS	28.722.898	15.466.146	44.189.044			

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,50% a 10,69% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para DEZEMBRO de 2019.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Parcelamento Ordinário -INSS	820.539		820.539	DEZ\2016
Parcelamento Ordinário - RFB	898.542		898.542	DEZ\2016
REFIS LEI 12.996 COD. 4750 - Consolidado	1.616.616	10.078.704	11.695.320	08\2030
REFIS LEI 12.996 COD. 4737 - Consolidado	605.146	3.772.744	4.377.890	08\2030
REFIS LEI 12.996 COD. 4743 RFB/INSS	849.918	7.636.435	8.486.353	09\2031
REFIS LEI 12.996 COD. 4720 PGFN/INSS	379.507	7.244.561	7.624.068	09\2031
DÉBITOS TRABALHISTAS	4.707.587	9.900.519	14.608.106	DEZ\2017
TOTAIS	9.877.855	38.632.963	48.510.818	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de ate 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALORDA BASE 31/ DEZ./15	PROVISÃO EM 31 DEZ./15	PROVISÃO EM 31/ DEZ./14
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Provável	4.162.256	4.162.256	4.127.815
Possível	28.866.386	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Provável	4.023.686	4.023.686	2.334.923
Possível	27.889.437	-	-
TOTAIS	64.941.765	8.185.942	6.462.738

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2015	2014
Prefeitura de Aracaju	17.211.480	16.887.992
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária - INCRA	228.790	228.790
TOTAL	29.639.378	29.315.890

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 87.198.075, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./13, o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado-SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2015 e 2014.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jóias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técni-

cas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo "índice etário" da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2015 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 2.338.544, sendo o valor de R\$ 2.186.324 destinados aos fundos e R\$ 152.220 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./15 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 519 associados.

NOTA 13 – RECEITAS

A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	357.519.780	322.818.564
Receitas de Esgoto	56.189.926	47.570.126
Receitas de Outros serviços	29.074.375	23.776.346
Receitas a Faturar	1.269.913	3.033.681
Total das Receitas Operacionais	444.053.994	397.198.717
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(33.680.294)	(29.954.700)
PIS/PASEP	(7.295.522)	(6.514.104)
Total das deduções	(40.975.816)	(36.468.804)
Total da Receita Operacional Líquida	403.078.178	360.729.913

B) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)

O aumento das outras Receitas (despesas operacionais) foi decorrente das Reduções de Encargos da Lei nº 12.996/14 – REFIS DA COPA no montante de R\$ 14.831.065.

NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Pessoal	(93.435.033)	(99.445.083)
Material	(21.415.311)	(22.692.898)
Serviços de Terceiros	(96.545.000)	(75.467.713)
Depreciação	(31.299.649)	(31.018.326)
Outros custos	(150.796)	(536.902)
Total dos Custos dos Serviços	242.845.789	229.160.922

NOTA 15 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Despesas Comerciais		
Pessoal	(25.018.509)	(17.626.361)
Material	(1.133.438)	(3.075.998)
Serviços e Terceiros	(17.378.617)	(14.536.150)
Perdas de Crédito	(19.747.949)	(17.010.891)
Outras despesas comerciais	(257.309)	(270.540)
Total das Despesas Comerciais	(63.535.822)	(52.519.940)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(55.536.962)	(45.382.586)
Material	(202.290)	(163.127)
Serviços de Terceiros	(32.788.846)	(36.897.464)
Depreciação	(3.546.926)	(4.444.630)
Outros Custos	(4.057.507)	(6.179.761)
Total das Despesas Administrativas	(96.132.531)	(93.067.568)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
CNPJ(MF) 13.018.171/0001-90
Aracaju-SE

I – Introdução:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

II - Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

III - Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto com o Relatório da Administração e as Notas Explicativas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

IV – Base para Opinião com Ressalva:

1) Controles Internos sobre a rubrica de Contas a Receber de Clientes

Conforme mencionado na nota explicativa nº “3-E” existe numa diferença no cotejamento entre o Saldo Contábil e o valor do Relatório do Sistema GSAN, que não pudemos quantificar e qualificar com exatidão, de modo que os procedimentos alternativos recomendados nas circunstâncias tornaram-se inviáveis diante da necessidade de aprimoramento nos processos de alimentação e manutenção das informações individuais e por segmento de Clientes.

2) Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº “3-G”, não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

3) Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

V – Opinião com Ressalva:

Em nossa opinião, considerando os efeitos que advirão dos ajustes decorrentes dos assuntos mencionados nos parágrafos **1, 2 e 3 de Base para Opinião com Ressalva** as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam ade-

quadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho e resultado de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI – Ênfase:

1) Conforme mencionado na Nota Explicativa “1”, a Companhia presta serviços para 73 sedes municipais do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 16 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem a Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2015.

IV - Outros assuntos:

(a) Auditoria do Exercício Anterior:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentados para fins comparativos foram anteriormente auditados outros auditores independentes cujo relatório de auditoria sobre tais demonstrações contábeis foi emitido em 06 de março de 2015, contendo as mesmas ressalvas e ênfase relacionadas aos mesmos assuntos mencionados.

Aracaju/SE, 01 de abril de 2016.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SE
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE Contador – CRC/PE
028157/O-2 “S”SE 021100/O-8 “S”SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 01 de abril de 2016, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida

documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se), 18 de abril de 2016.

JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES
SARA MARIA COSTA VIANA ARAÚJO
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA